



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ATO DE AMOR E AFETIVIDADE

Vera Lucia Conrado de Oliveira<sup>1</sup>; Maria Zildaneide Gonzaga<sup>2</sup>; Elda Cristiane de Souza Lima<sup>3</sup>

*ESCOLA SENADOR PAULO GUERRA/CABROBÓ-PE*

[lucinhaconrado.77@gmail.com](mailto:lucinhaconrado.77@gmail.com);

[zilda.neide@hotmail.com](mailto:zilda.neide@hotmail.com);

*SECRETARIA MUNICIPAL DE BELEM DO SÃO FRANCISCO - PE*

[eldacslima@hotmail.com](mailto:eldacslima@hotmail.com);

### **Resumo**

A Educação Inclusiva a cada dia chama atenção da sociedade, está nas rodas de discussões dos pensadores e intelectuais, seja como abordagem em literaturas para informações e conhecimentos, seja na concretização de políticas públicas. É necessário e urgente que essas discussões não fiquem apenas em papéis, mas que possam conscientizar de fato o sonho de uma sociedade menos opressora, e a promoção da liberdade, da solidariedade, da fraternidade e da afetividade sejam verdadeiramente ações concretizadas. A Escola como um espaço privilegiado de construção de conhecimento é também um espaço para vivenciar práticas de educação inclusiva, garantindo ao nosso estudante o direito de ser diferente. Essa diversidade se dá por meio da aprendizagem, da interação, do conhecimento e da socialização tanto no espaço escolar como no meio em que se está inserido, pois é partindo de valores e ações que devem ser concebidos como o respeito, a amorosidade, a credibilidade, a participação cidadã e da concretização dos direitos e deveres. Vale ressaltar a importância das políticas públicas inclusivas e das leis as quais vem assegurar essas práticas seja no meio social oportunizando a afirmação da acessibilidade, e das condições de trabalho para o deficiente, bem como no processo educativo no que se refere a metodologias e estratégias através de formação continuada e especializada aos professores e estudantes, preparando-os e motivando-os a desenvolverem uma educação de qualidade, são esses os interesses e compromissos fundamentais que fazem parte de uma educação inclusiva, não basta apenas integrar um estudante na escola é preciso incluir.

**PALAVRAS CHAVES:** Amor, Educação, Inclusão, Afetividade e Diversidade.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva deve ser uma ação educacional baseada em amor cuidados, afetividade, paciência e respeito a um ser humano que foi restrito de aprender alguns conhecimentos que são necessários para sua formação. Objetiva o reconhecimento e a inclusão dos mesmos na sociedade, para que venham a se sentir igual aos outros seres humanos, como eles são com limitações mais amados e capazes de serem felizes convivendo com o próximo.

A Denominação do termo Educação Inclusiva surgiu em 1994, com o documento da Declaração de Salamanca que orienta a inclusão de todas as crianças com necessidades educativas especiais, de que sejam incluídas nas escolas de ensino regular. A inclusão defende que nenhum ser humano pode ser excluído, ou seja, deve ficar sem interagir com as outras pessoas. A convivência é fundamental para que as superações das dificuldades aconteçam.

A conquista pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é uma ação de uma situação que há muitos anos aumentavam a separação dessas pessoas e tirava-lhes os direitos de seu desenvolvimento. No início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de Atendimento aos serviços educacionais: A Escola de Ensino Regular e a Escola de Ensino Especial, onde os educandos teriam que frequentar uma ou outra. Na última década foi modificado nosso sistema escolar, com uma nova organização e propondo a Educação inclusiva, favorecendo em um só tipo de escola, a escola de ensino regular que deve acolher todos os alunos e também se empenhar em identificar as dificuldades e limitações dos estudantes, buscando ajuda e encaminhamentos através de profissionais qualificados de utilização de apoios e recursos que garantam a superação dessas dificuldades.

Para que a Educação aconteça de fato como um direito de todos, deve acontecer a garantia desse direito, a orientação, o fortalecimento, o respeito e a construção da cidadania.



As oportunidades de aprendizagem devem ser para todas as crianças, todos dentro dos mesmos parâmetros. A inclusão deve acontecer e deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso a aprendizagem por meio de todos os recursos e possibilidades dos variados conceitos e prováveis níveis de desenvolvimento que a escola pode oferecer.

Existem os desafios e esses servem para o encantamento da preciosa descoberta do fazer bem e cada vez descobrir inovações ricas em melhorar a inclusão nas escolas, pois, inovar é preciso e toda boa proposta requer flexibilizações no planejamento. É na observação dos estudantes que tenham necessidades especiais (NEE), que precisam de ajuda em superar as suas limitações que precisamos descobrir e flexibilizarmos as inúmeras situações de ensino aprendizagem.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMPROMISSO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO, APRENDIZAGEM, DIREITO A DIVERSIDADE**

Pensar a Educação Inclusiva é acima de tudo assumir um compromisso social com a vida humana, não se trata apenas de um determinado ser e suas deficiências, mas de oferecer condições na sociedade e espaço escolar de convivência e dignidade. Deve ser tema de discussão e análise de toda a comunidade escolar, para saber como lidar diante do processo ensino aprendizagem, tendo como base os 3 pilares da inclusão: *FORMAÇÃO, SENSIBILIDADE e AFETIVIDADE*.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (ROPOLI, 2010, p.9)



Ao olhar para a educação hoje, percebemos uma angústia dos educadores frente aos desafios encontrados, como estimular a participação, a aprendizagem, os direitos e deveres dos nossos estudantes, como fazê-los perceberem que deverão ser protagonistas no contexto escolar e no meio em que estão inseridos. A educação inclusiva é um compromisso social, sua participação se concretiza por meio de políticas públicas de inclusão, que assegura o direito a diversidade, com todos os direitos reconhecidos e respeitados, segurança quanto a acessibilidade, ao emprego, a formação do profissional em educação para que assim, garanta um aprendizado de qualidade e uma formação que os façam desenvolver habilidades, competências e valores acreditando na interação e socialização dos mesmos.

Algumas qualidades são necessárias para os professores que trabalham com a Educação inclusiva, acredita-se que a transferência dos conteúdos curriculares as estratégias para o ensino aprendizagem parte das atitudes emotivas do profissional: dedicação, amor, atenção, afeto, ser sensível ao estudante 'especial', gostar do que faz, são motivações que estimulam o estudante ao desenvolvimento, trabalhando suas habilidades e competências.

Para atender a todos e atender melhor, a escola atual tem de mudar, e a tarefa de mudar a escola exige trabalho em muitas frentes. Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico – PPP e vividas a partir de uma gestão escolar democrática. É ingenuidade pensar que situações isoladas são suficientes para definir a inclusão como opção de todos os membros da escola e configurar o perfil da instituição. Não se desconsideram aqui os esforços de pessoas bem intencionadas, mas é preciso ficar claro que os desafios das mudanças devem ser assumidos e decididos pelo coletivo escolar. (ROPOLI, 2010, p. 10)

Percebem-se neste contexto que as leis estão presentes para garantir essa inclusão, mudar de paradigmas, conceitos e costumes, acolher a proposta para a educação inclusiva, com a Declaração de Salamanca, a UNESCO, as Políticas e Práticas Educacionais Especiais essas são atitudes motivadoras que faz o cidadão acreditar e promover ações de sensibilização e conhecimento, não se trata apenas de crer nessa mudança, mas é necessário que essa proposta esteja na prática pedagógica efetivada. Segundo a Constituição Federal de 1988, no Capítulo III / Seção I / que trata 'Da Educação', o Art. 208 - O dever do estado com a



Educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O direito aos deficientes, assegurando melhorias não só no âmbito da prática do professor, mas dos poderes governamentais no que se refere a um espaço físico, acessível, e de aquisição de materiais de apoio, valorizando assim o estudante e resgatando a sua dignidade no meio em que estão inseridos, na escola não é diferente as ações devem ser pensada e efetivada no PPP, dentro de uma proposta de mudança assumida pelo coletivo.

## **METODOLOGIA**

A partir das leituras realizadas e sabendo da importância da Inclusão para a sociedade é que este estudo foi realizado, pensar numa educação inclusiva que se efetive numa ação de cidadania é uma atitude de todos os cidadãos, inclusive das autoridades competentes.

As estratégias apresentadas no Plano Nacional de Educação 2011- 2020 reafirmam as proposituras para a inclusão:

Contabilizar, para fins de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

Ampliar a oferta de o atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

Manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático e recursos de tecnologia assistiva, oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e língua brasileira de sinais libras.

Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.



Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso á escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.

O Plano Nacional de Educação 2001-2020 ratifica a inclusão em suas Diretrizes contidas no Artigo 2º.

- I- Erradicação do analfabetismo.
- II- Universalização do atendimento escolar.
- III- Superação das desigualdades educacionais.
- IV- Melhoria da qualidade do ensino.
- V- Formação para o trabalho.
- VI- Promoção da sustentabilidade sócio-ambiental.
- VII- Promoção humanística, científica e tecnológica do país.
- VIII- Estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- IX- Valorização dos profissionais da educação.
- X- Difusão dos princípios de equidade, do respeito á diversidade e a gestão democrática da Educação.

Uma proposta de educação inclusiva envolve, portanto, uma escola que se identifica com princípios educacionais humanistas e cujos professores têm um perfil que é compatível com esses princípios. A vivencia da educação inclusiva é acima de tudo o respeito às limitações, porém acreditando no potencial de aprendizagem desses educandos, cada criança – adolescente – jovem, tem o seu tempo de aprendizagem é um processo ora lento, ora mais ágil, dependendo da deficiência que se tem, o desenvolvimento se dá dia a dia, mas é necessário que enquanto educadores, estejamos preparados para saber como educar uma criança e /ou jovem enquanto deficiente, as políticas públicas para a educação inclusiva deve sim contribuir para a promoção de um trabalho efetivo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A inclusão está presente no nosso dia a dia, muito se fala em “*Educação Inclusiva*”, porém a prática é outra, pensar a educação apenas como cumprimento de uma meta, um



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

número não é coerente, pois vai muito além do que está escrito em papéis, no que se refere a lei, é necessário humanizar tais ações para que de fato a inclusão aconteça, e incluir um cidadão, uma cidadã é promover a sua cidadania, é ter um olhar direcionado a pessoa e não a deficiência, é contribuir com Políticas Públicas de Educação Inclusiva que garantam a efetivação desses direitos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino(art.208) (Revista Inclusão, p.10.2008).

Com isso, percebe-se que o importante não é o defeito, e sim o sujeito. E será exatamente esse princípio a desenvolver o processo de inclusão escolar. A promoção da educação deve se dar por meio também da Formação Continuada para Professores, esses profissionais precisam estar preparados, incluídos no processo de ensino aprendizagem, infelizmente pouco se tem ou nada se tem em relação a formação de professores, assim a escola que deveria ser para todos se resumem apenas para alguns.

[...] “Escola para todos”, isto é instituições que incluam todo mundo, reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de cada um.[...] Os serviços educativos especiais [...] não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global da educação e, naturalmente, de novas políticas sociais e econômicas, Requerem uma reforma considerável da escola comum. (CORDE, 1994, p. 5).

Pensar a educação inclusiva é superar preconceitos das diversidades sociais, pois dessa forma surgem as oportunidades e as possibilidades, de cada cidadão / cidadã ser capaz de viver e de construir dia a dia a sua cidadania, garantindo sua integração na escola e na sociedade. Políticas de Educação Especial que garanta o bem estar físico e social, do lazer a acessibilidade, professores preparados seguros no ambiente escolar, desenvolvendo atitudes que assegurem seus direitos.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## CONCLUSÃO

O presente texto '*Educação Inclusiva: Um ato de Amor e Afetividade*' nos faz refletir sobre as Práticas Pedagógicas e as Políticas de Educação Especial, a ação pedagógica no ambiente escolar deve ser pensado e repensado, de maneira a favorecer cada ser, desenvolver em sala estratégias que construam a própria cidadania.

Nesse contexto, o professor também é peça fundamental, faz parte do processo de inclusão e socialização, mas só será capaz de fazer diferença se politicamente for capaz de se reconhecer como um profissional politizado, conhecedor de seus direitos e deveres.

A reflexão a qual nos referimos, nos faz reconhecer a ética profissional como atitude de transformação, se inserir no contexto sócio cultural, aprofundando a inclusão como um processo de ação reflexão ação e compreendendo que a partir do conhecimento e de políticas públicas que garantam o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva voltada para a cidadania, o amor, a afetividade e o respeito, com essa prática construiremos mudanças significativa na sociedade, para que isso aconteça, não basta apenas cumprir com metas e números mas ter atitudes cidadãs e políticas, exigindo das autoridades competentes uma ação efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Constituição da Republica Federativa. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Brasília. Federação Nacional das APAEs. **Legislação Comentadas Para Pessoas Portadoras de Deficiência e Sociedade Civil Organizada/ Federação Nacional das APAEs.** Brasília, 2003, com 428 páginas.

Inclusão; Revista de Educação Especial/ Secretaria de Educação. v.1, n.1 (out.2005).- Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.





# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PNE – Plano Nacional de Educação. Texto Referencia Conae - 2014.

**ROPOLI**, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza – CE, Universidade Federal do Ceará.

**ROTH**. Berenice Weissheimer. **Experiências Educacionais Inclusivas. Programa Educação Inclusiva: direito a Diversidade**. Brasília. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>> Acesso em: 30/05/2014.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO